



TESOURO NACIONAL

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento
Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário do Tesouro Nacional
Paulo Fontoura Valle

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional
Janete Duarte Mol

Subsecretário de Contabilidade Pública
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de
Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
Alex Fabiane Teixeira

Coordenador de
Transparência e Análise de Dados da Federação
Leandro Moreira Souto

Chefe do Núcleo de Informações Contábeis e
Fiscais da Federação
Eric Gonçalves

Equipe Técnica
Cristina Quintão Vieira
Gislaine Messias de Lima
Maiara Borges Monteiro

Arte
Assessoria de Comunicação Social
(ASCOM/ASSEC/Tesouro Nacional)

Informações
Telefone: (061) 3412 - 1843
Correio Eletrônico: ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

Data da última atualização: 07/10/2022

RGF | Estados em foco | + Distrito Federal

Relatório de Gestão Fiscal (Foco Estados + Distrito Federal)

2º quadrimestre de 2022

Secretaria do Tesouro Nacional
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Ministério da Economia

Apresentação

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) consiste em uma publicação quadrimestral dos entes federativos que apresenta os comparativos com os limites de que trata a LRF, para a despesa total com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias e contragarantias, operações de crédito e os valores da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar. O RGF é publicado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública. As informações apresentadas referem-se a dados extraídos dos demonstrativos dos estados e do Distrito Federal relativos ao 2º quadrimestre do exercício de 2022.

Considerações

1. O Demonstrativo da Despesa com Pessoal integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, deve ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e do Poder Judiciário, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Defensoria Pública, cuja despesa total com pessoal é incluída no demonstrativo do Poder Executivo para verificação do cumprimento do limite.

2. Os demonstrativos de Dívida Consolidada, Concessão de Garantias e Contragarantias e Operações de Crédito são elaborados somente pelo Poder Executivo de cada ente, com as informações de todos os poderes.

3. A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas (despesa bruta com pessoal), deduzidas as despesas de: indenização por demissão de servidores ou empregados; relativas a incentivos à demissão voluntária; decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração; não executadas orçamentariamente; com pessoal do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União; e com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados, conforme arts. 18 e 19 da LRF.

4. Os dados do RGF foram extraídos do sistema Siconfi/Tesouro Nacional em 05/10/2022, das 8h às 8:30h.

5. Para efeitos de comparação, o Distrito Federal não possui Poder Judiciário e Ministério Público próprios.

RGF em Foco | Estados + Distrito Federal

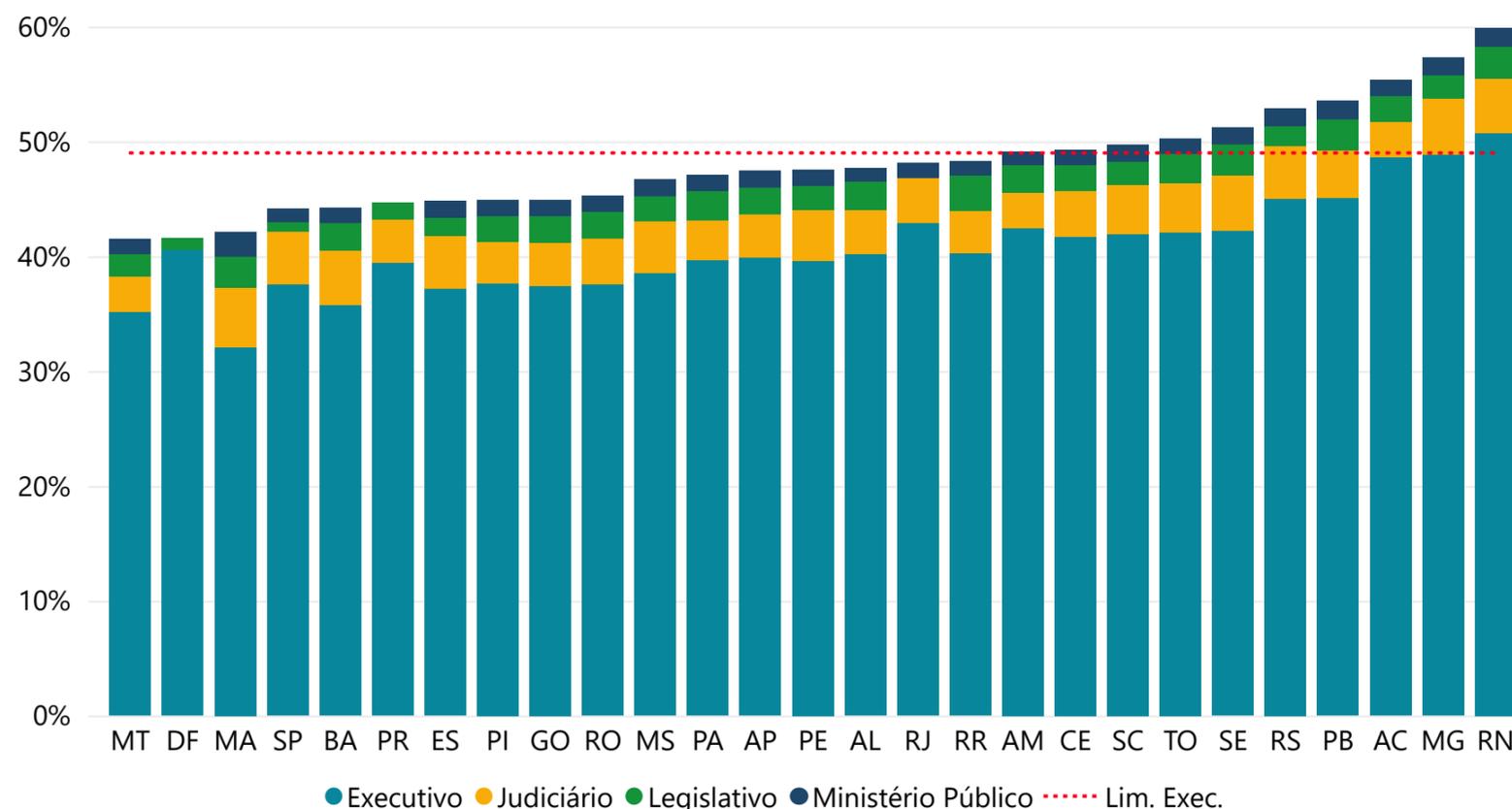
Gráfico 1

Despesa Total com Pessoal em relação à RCL

Este gráfico apresenta a despesa total com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida Ajustada até o 2º quadrimestre de 2022. Essa despesa é calculada com base na despesa bruta com pessoal, conforme art. 18 da LRF, deduzidas as despesas não computadas previstas no §1º do art. 19, também da LRF. A RCL Ajustada representa a RCL do ente, deduzidas as transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme previsto no § 13 do art. 166 da Constituição Federal/1988. Conforme definido no art. 20 da LRF, os limites máximos para a despesa total com pessoal são de: 49% para o Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Ministério Público. Para os Estados BA, PA e GO os limites do executivo e do legislativo são 48,6% e 3,4% respectivamente.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



UF	Exec.	% RCL Exec.	Judic.	% RCL Jud.	Legisl.	% RCL Leg.	MP	% RCL MP
AC	3,70 Bi	48,65%	0,23 Bi	3,02%	0,18 Bi	2,31%	0,11 Bi	1,39%
AL	5,17 Bi	40,23%	0,49 Bi	3,78%	0,32 Bi	2,48%	0,15 Bi	1,20%
AM	9,23 Bi	42,44%	0,67 Bi	3,09%	0,52 Bi	2,40%	0,26 Bi	1,19%
AP	2,95 Bi	39,90%	0,28 Bi	3,78%	0,17 Bi	2,31%	0,11 Bi	1,45%
BA	17,81 Bi	35,78%	2,36 Bi	4,73%	1,19 Bi	2,40%	0,64 Bi	1,28%
CE	12,06 Bi	41,69%	1,15 Bi	3,98%	0,66 Bi	2,29%	0,38 Bi	1,32%
DF	12,29 Bi	40,60%			0,31 Bi	1,01%		
ES	7,94 Bi	37,20%	0,98 Bi	4,58%	0,35 Bi	1,62%	0,31 Bi	1,43%
GO	13,61 Bi	37,39%	1,39 Bi	3,81%	0,84 Bi	2,32%	0,51 Bi	1,40%
MA	6,71 Bi	32,12%	1,07 Bi	5,12%	0,58 Bi	2,77%	0,45 Bi	2,14%
MG	43,50 Bi	48,86%	4,36 Bi	4,89%	1,81 Bi	2,04%	1,38 Bi	1,55%
MS	6,87 Bi	38,55%	0,81 Bi	4,52%	0,38 Bi	2,14%	0,26 Bi	1,46%
MT	10,19 Bi	35,17%	0,89 Bi	3,07%	0,56 Bi	1,93%	0,39 Bi	1,35%
PA	12,59 Bi	39,67%	1,10 Bi	3,45%	0,81 Bi	2,56%	0,44 Bi	1,38%

UF	Exec.	% RCL Exec.	Judic.	% RCL Jud.	Legisl.	% RCL Leg.	MP	% RCL MP
PB	6,76 Bi	45,12%	0,61 Bi	4,08%	0,40 Bi	2,69%	0,25 Bi	1,64%
PE	14,27 Bi	39,59%	1,59 Bi	4,42%	0,78 Bi	2,18%	0,49 Bi	1,37%
PI	4,94 Bi	37,62%	0,48 Bi	3,67%	0,30 Bi	2,27%	0,18 Bi	1,36%
PR	21,67 Bi	39,48%	2,04 Bi	3,72%	0,81 Bi	1,48%		
RJ	38,35 Bi	42,94%	3,43 Bi	3,85%			1,17 Bi	1,31%
RN	7,09 Bi	50,71%	0,67 Bi	4,78%	0,38 Bi	2,72%	0,23 Bi	1,64%
RO	4,34 Bi	37,59%	0,46 Bi	4,01%	0,26 Bi	2,26%	0,16 Bi	1,39%
RR	2,53 Bi	40,28%	0,23 Bi	3,68%	0,19 Bi	3,06%	0,08 Bi	1,27%
RS	23,44 Bi	45,06%	2,35 Bi	4,52%	0,91 Bi	1,75%	0,79 Bi	1,52%
SC	15,18 Bi	41,92%	1,57 Bi	4,32%	0,71 Bi	1,98%	0,54 Bi	1,48%
SE	4,63 Bi	42,26%	0,52 Bi	4,77%	0,30 Bi	2,73%	0,16 Bi	1,48%
SP	83,41 Bi	37,60%	10,12 Bi	4,56%	1,87 Bi	0,84%	2,53 Bi	1,14%
TO	4,81 Bi	42,05%	0,49 Bi	4,32%	0,29 Bi	2,56%	0,15 Bi	1,31%

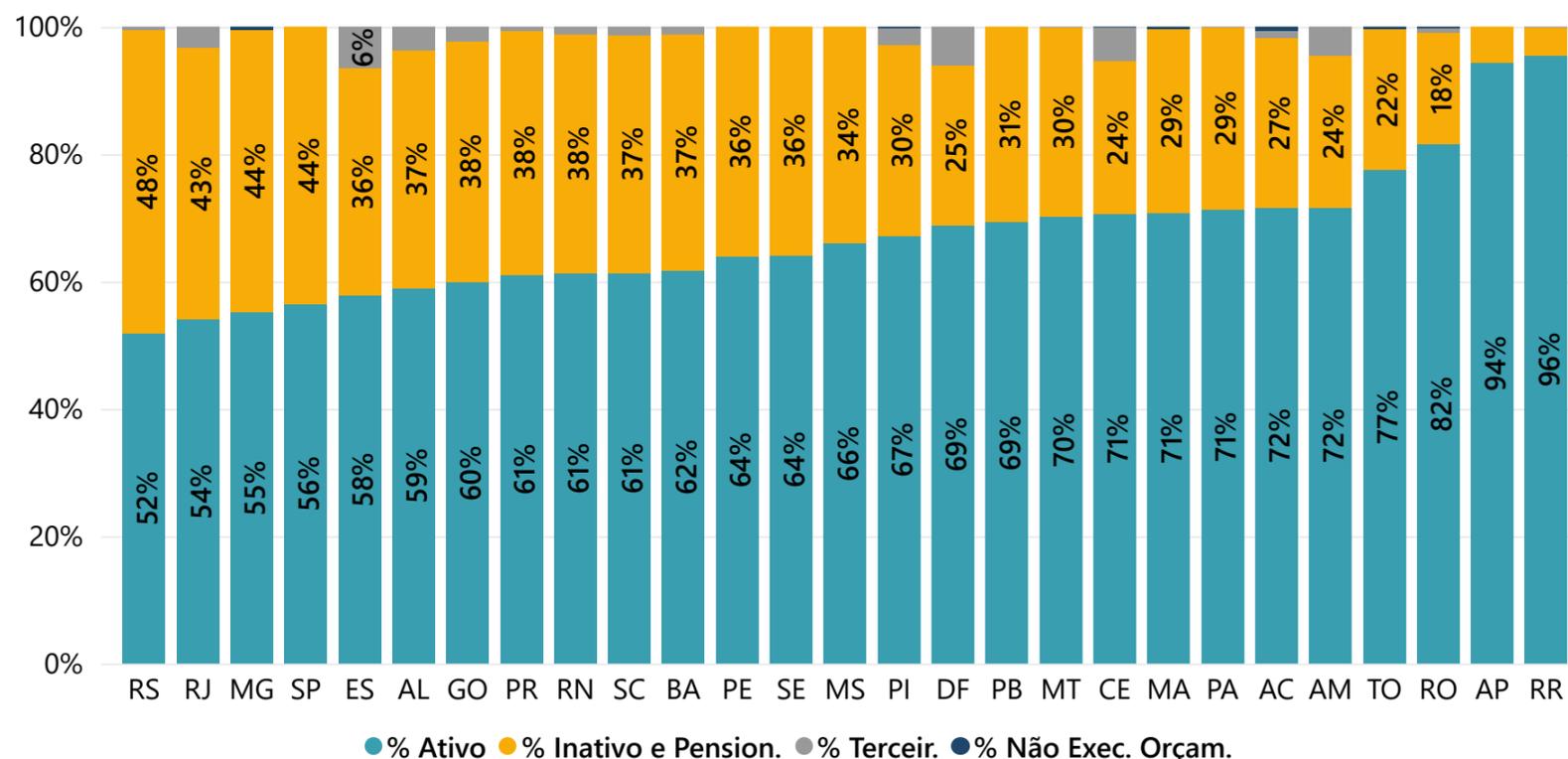
Gráfico 2

Composição da Despesa Bruta com Pessoal

Este gráfico apresenta o somatório da despesa bruta com pessoal de todos os poderes e órgãos até o 2º quadrimestre de 2022. Na despesa com terceirização, não são consideradas as terceirizações que se destinem à execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade (atividades-meio).

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



UF	Pessoal Ativo	% Ativo	Inativos e Pension.	% Inativo e Pension.	Terceir.	% Terceir.	Não Exec. Orçam.	% Não Exec. Orçam.
AC	3,40 Bi	72%	1,26 Bi	27%	0,06 Bi	1%	0,03 Bi	1%
AL	4,25 Bi	59%	2,69 Bi	37%	0,27 Bi	4%		
AM	8,63 Bi	72%	2,87 Bi	24%	0,55 Bi	5%	0,00 Bi	0%
AP	3,53 Bi	94%	0,21 Bi	6%				
BA	16,77 Bi	62%	10,04 Bi	37%	0,32 Bi	1%		
CE	12,32 Bi	71%	4,19 Bi	24%	0,93 Bi	5%	0,00 Bi	0%
DF	12,11 Bi	69%	4,42 Bi	25%	1,06 Bi	6%		
ES	5,99 Bi	58%	3,71 Bi	36%	0,67 Bi	6%		
GO	12,21 Bi	60%	7,73 Bi	38%	0,45 Bi	2%		
MA	7,85 Bi	71%	3,21 Bi	29%	0,00 Bi	0%	0,03 Bi	0%
MG	34,45 Bi	55%	27,69 Bi	44%	0,00 Bi	0%	0,32 Bi	1%
MS	8,05 Bi	66%	4,15 Bi	34%				
MT	11,08 Bi	70%	4,69 Bi	30%	0,00 Bi	0%		
PA	13,14 Bi	71%	5,31 Bi	29%	0,00 Bi	0%		

UF	Pessoal Ativo	% Ativo	Inativos e Pension.	% Inativo e Pension.	Terceir.	% Terceir.	Não Exec. Orçam.	% Não Exec. Orçam.
PB	6,37 Bi	69%	2,81 Bi	31%				
PE	13,04 Bi	64%	7,36 Bi	36%				
PI	5,66 Bi	67%	2,54 Bi	30%	0,22 Bi	3%	0,02 Bi	0%
PR	18,37 Bi	61%	11,50 Bi	38%	0,20 Bi	1%		
RJ	28,37 Bi	54%	22,40 Bi	43%	1,70 Bi	3%		
RN	7,37 Bi	61%	4,52 Bi	38%	0,14 Bi	1%		
RO	5,11 Bi	82%	1,10 Bi	18%	0,04 Bi	1%	0,01 Bi	0%
RR	3,16 Bi	96%	0,15 Bi	4%	0,00 Bi	0%		
RS	19,67 Bi	52%	18,02 Bi	48%	0,19 Bi	1%		
SC	13,59 Bi	61%	8,29 Bi	37%	0,29 Bi	1%		
SE	4,49 Bi	64%	2,51 Bi	36%				
SP	75,62 Bi	56%	58,22 Bi	44%				
TO	6,04 Bi	77%	1,73 Bi	22%			0,03 Bi	0%

Gráfico 3

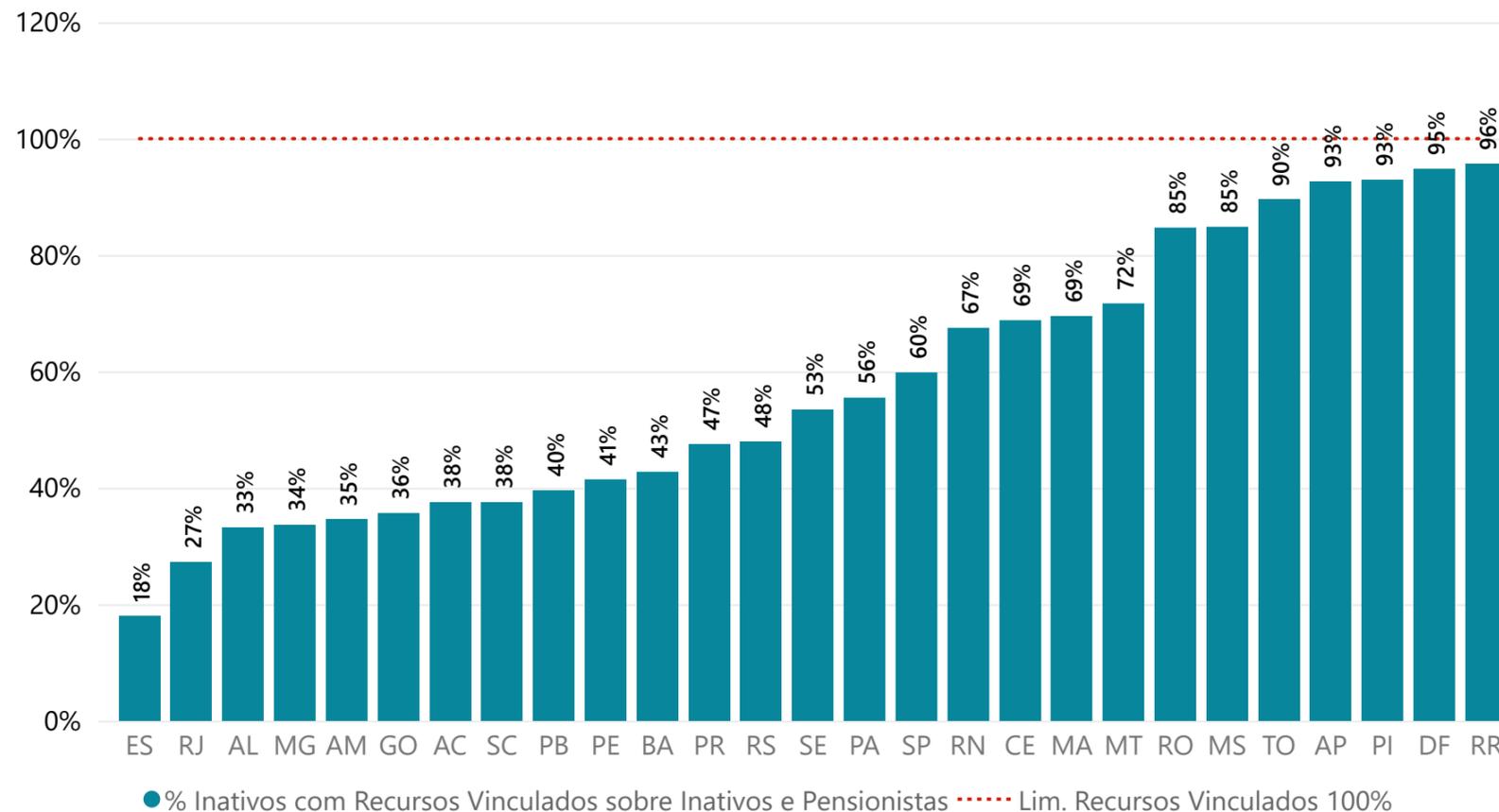
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados/Pessoal Inativo e Pensionistas

Este gráfico apresenta o percentual da despesa referente a Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados em relação à despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas, de todos os poderes ou órgãos até o 2º quadrimestre de 2022.

Representa a parcela da despesa bruta com inativos e pensionistas deduzida para apuração do cumprimento do limite, conforme previsto no inciso VI, § 1º do art. 19 da LRF.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



Tabela

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados/Pessoal Inativo e Pensionistas

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Inativos e Pension.	% Inativos com Recursos Vinculados sobre Inativos e Pensionistas
AC	0,47 Bi	1,26 Bi	37,58%
AL	0,89 Bi	2,69 Bi	33,18%
AM	0,99 Bi	2,87 Bi	34,58%
AP	0,20 Bi	0,21 Bi	92,64%
BA	4,29 Bi	10,04 Bi	42,73%
CE	2,88 Bi	4,19 Bi	68,77%
DF	4,19 Bi	4,42 Bi	94,86%
ES	0,67 Bi	3,71 Bi	18,03%
GO	2,76 Bi	7,73 Bi	35,67%
MA	2,23 Bi	3,21 Bi	69,46%
MG	9,33 Bi	27,69 Bi	33,70%
MS	3,52 Bi	4,15 Bi	84,89%
MT	3,37 Bi	4,69 Bi	71,72%
PA	2,95 Bi	5,31 Bi	55,53%

UF	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Inativos e Pension.	% Inativos com Recursos Vinculados sobre Inativos e Pensionistas
PB	1,11 Bi	2,81 Bi	39,61%
PE	3,05 Bi	7,36 Bi	41,43%
PI	2,36 Bi	2,54 Bi	92,99%
PR	5,46 Bi	11,50 Bi	47,49%
RJ	6,12 Bi	22,40 Bi	27,33%
RN	3,05 Bi	4,52 Bi	67,46%
RO	0,94 Bi	1,10 Bi	84,68%
RR	0,14 Bi	0,15 Bi	95,66%
RS	8,65 Bi	18,02 Bi	47,99%
SC	3,12 Bi	8,29 Bi	37,59%
SE	1,34 Bi	2,51 Bi	53,46%
SP	34,85 Bi	58,22 Bi	59,87%
TO	1,55 Bi	1,73 Bi	89,56%

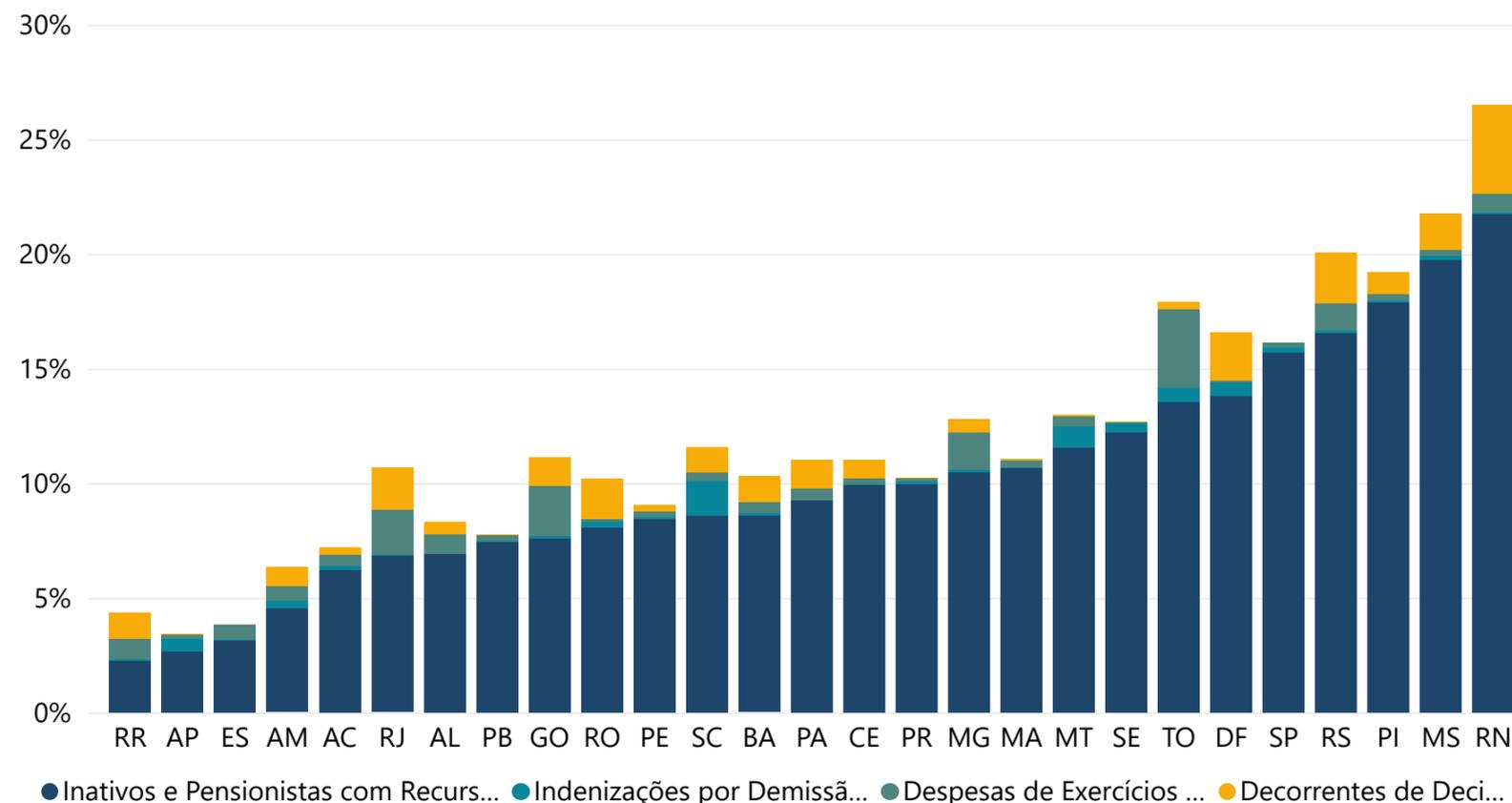
RGF em Foco | Estados + Distrito Federal

Gráfico 4

Despesas com pessoal não computadas em relação à RCL
Apresenta, em relação à RCL Ajustada, os valores de despesa com pessoal não computadas para fins do cálculo do limite, com base disposto no §1º do art. 19, da LRF até o 2º quadrimestre de 2022

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



Tabela

Composição das despesas não computadas/RCL

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

UF	Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração / RCL	Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração / RCL	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados / RCL	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária / RCL	UF	Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração / RCL	Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração / RCL	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados / RCL	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária / RCL
AC	0,30%	0,5%	6,21%	0,2%	PB	0,00%	0,3%	7,43%	0,1%
AL	0,54%	0,9%	6,91%	0,0%	PE	0,29%	0,3%	8,46%	0,1%
AM	0,82%	0,6%	4,56%	0,3%	PI	0,96%	0,3%	17,92%	0,0%
AP	0,00%	0,2%	2,65%	0,5%	PR	0,01%	0,1%	9,95%	0,1%
BA	1,12%	0,5%	8,60%	0,1%	RJ	1,82%	2,0%	6,86%	0,0%
CE	0,79%	0,3%	9,93%	0,0%	RN	3,88%	0,8%	21,72%	0,1%
DF	2,10%	0,0%	13,79%	0,6%	RO	1,77%	0,1%	8,09%	0,2%
ES		0,6%	3,13%	0,1%	RR	1,11%	0,9%	2,24%	0,1%
GO	1,24%	2,2%	7,57%	0,1%	RS	2,20%	1,2%	16,56%	0,1%
MA	0,07%	0,3%	10,66%	0,0%	SC	1,10%	0,4%	8,59%	1,5%
MG	0,57%	1,6%	10,48%	0,1%	SE	0,03%	0,0%	12,21%	0,4%
MS	1,56%	0,3%	19,74%	0,2%	SP		0,2%	15,68%	0,3%
MT	0,05%	0,4%	11,56%	0,9%	TO	0,33%	3,4%	13,54%	0,7%
PA	1,22%	0,5%	9,23%	0,0%					

Gráfico 5

Dívida Consolidada Líquida - DCL

Apresenta a Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL até o 2º quadrimestre de 2022, comparada com o saldo do exercício anterior. O limite definido por Resolução do Senado Federal para os Estados é de 2 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL).

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

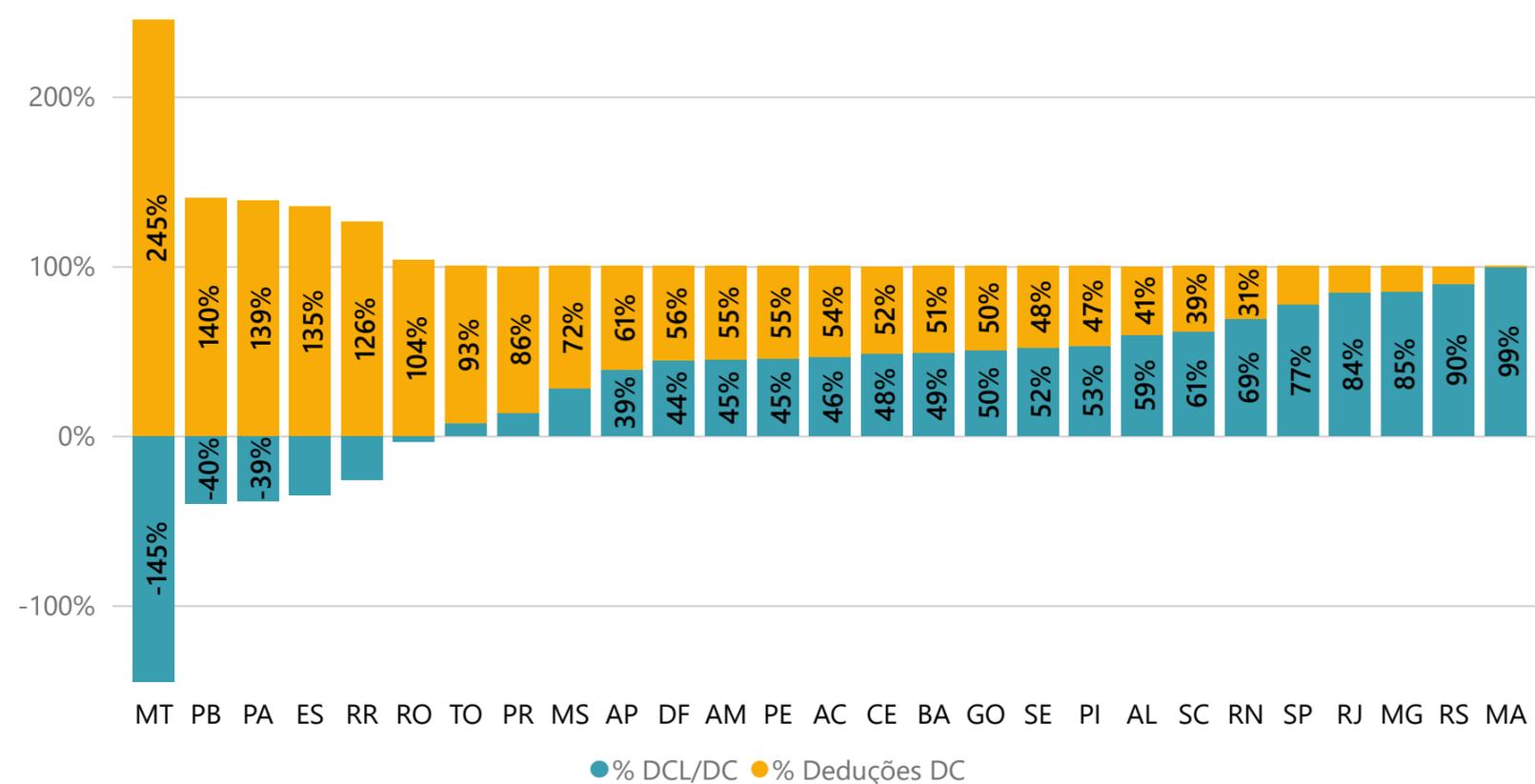
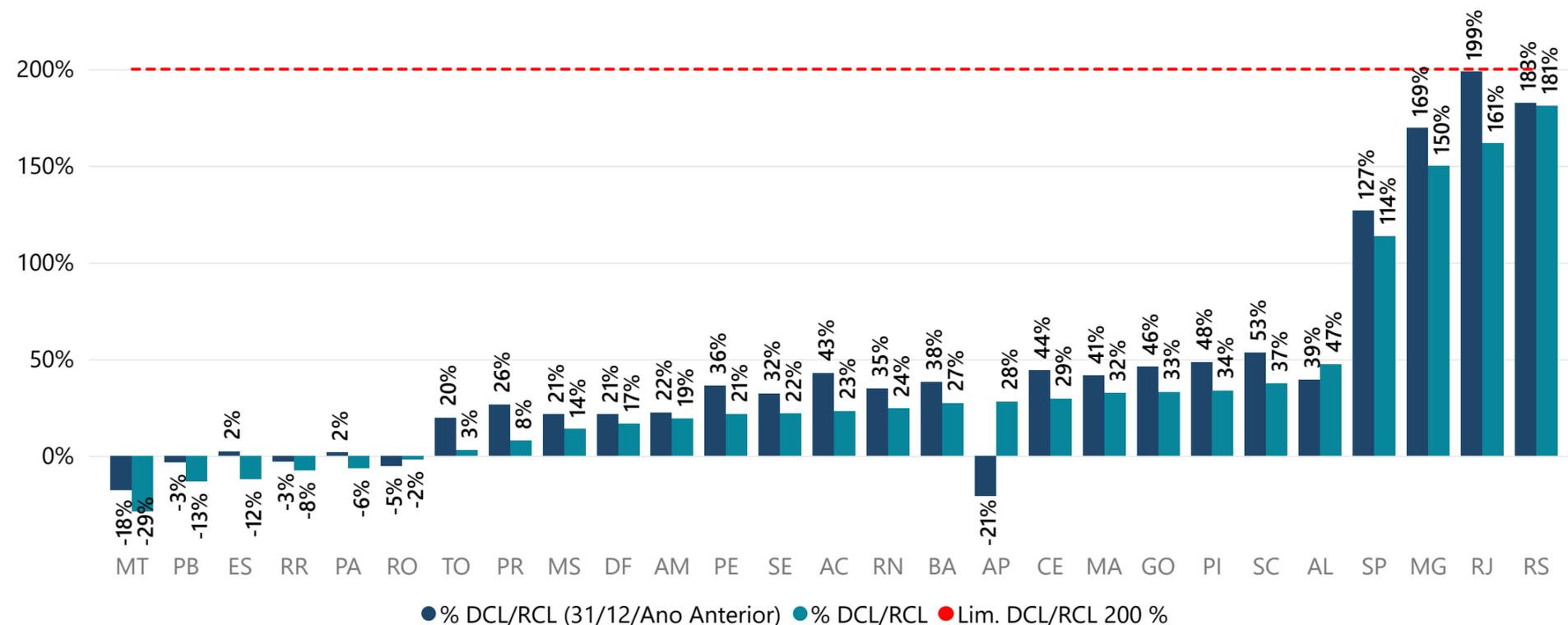


Gráfico 6

Deduções da Dívida Consolidada Bruta

Apresenta o percentual de dedução da Dívida Consolidada Bruta para o cálculo da Dívida Consolidada Líquida até o 2º quadrimestre de 2022. A Dívida Consolidada Líquida é apurada descontando-se da Dívida Consolidada Bruta a Disponibilidade de Caixa e os Demais Haveres Financeiros. A Disponibilidade de Caixa, por sua vez, é apurada descontando-se da Disponibilidade de Caixa Bruta os Restos a Pagar Processados.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

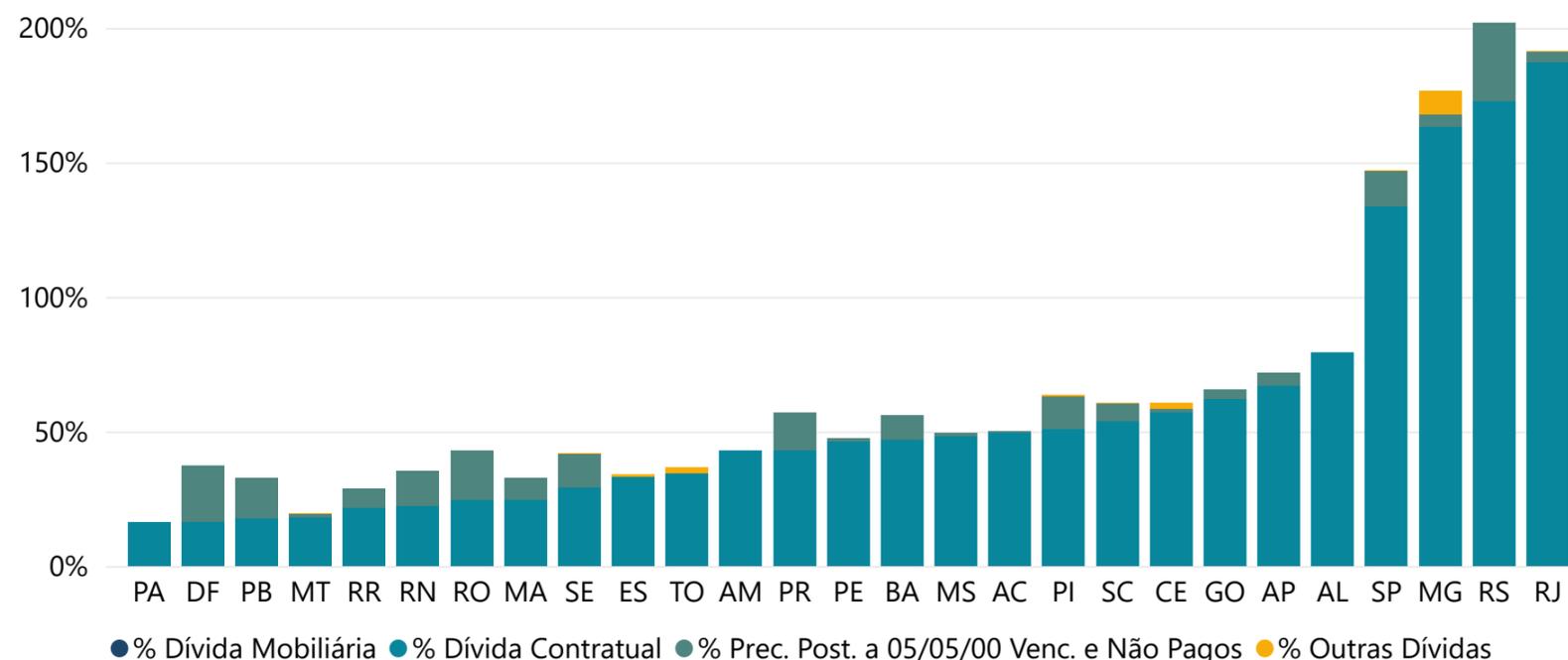
Gráfico 7

Composição da Dívida Consolidada Bruta

Apresenta a composição da Dívida Consolidada Bruta em relação à RCL até o 2º quadrimestre de 2022.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



UF	% Dívida Mobiliária	% Dívida Contratual	% Prec. Post. a 05/05/00 Venc. e Não Pagos	% Outras Dívidas
AC		50%	0%	
AL		79%		
AM		43%		
AP		67%	5%	
BA		47%	9%	
CE		57%	2%	2%
DF		17%	21%	
ES		33%		1%
GO		62%	3%	
MA		25%	8%	
MG		163%	5%	9%
MS		48%	1%	
MT	0%	18%	1%	0%
PA		16%		

UF	% Dívida Mobiliária	% Dívida Contratual	% Prec. Post. a 05/05/00 Venc. e Não Pagos	% Outras Dívidas
PB		18%	15%	
PE		47%	1%	
PI		51%	12%	0%
PR		43%	14%	
RJ	0%	187%	4%	0%
RN		22%	13%	
RO		25%	18%	
RR		22%	7%	
RS		173%	29%	
SC		54%	7%	0%
SE		29%	12%	0%
SP		134%	13%	0%
TO		35%		2%

Tabela 3

Composição da Dívida Consolidada Bruta

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

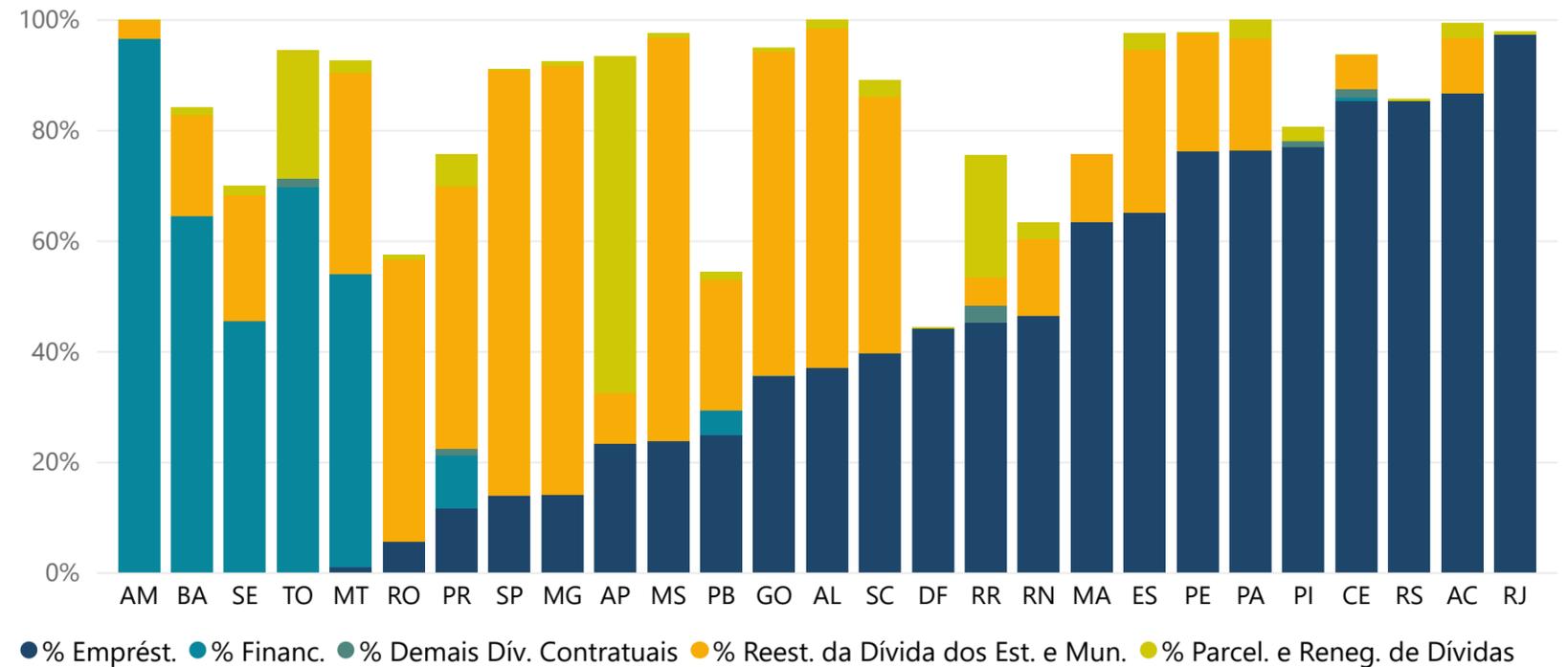
Gráfico 8

Composição da Dívida Contratual

Apresenta o percentual da Dívida Contratual sobre a Dívida Consolidada Bruta, e a sua composição até o 2º quadrimestre de 2022.

Dados em: %

Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional



UF	% Emprést.	% Financ.	% Demais Dív. Contratuais	% Reest. da Dívida dos Est. e Mun.	% Parcel. e Reneg. de Dívidas
AC	87%			10%	3%
AL	37%			61%	2%
AM		97%		3%	0%
AP	23%			9%	61%
BA		64%		18%	1%
CE	85%	1%	2%	6%	0%
DF	44%				0%
ES	65%			29%	3%
GO	36%		0%	59%	1%
MA	63%			12%	
MG	14%			77%	1%
MS	24%			73%	1%
MT	1%	53%	0%	36%	2%
PA	76%			20%	3%

UF	% Emprést.	% Financ.	% Demais Dív. Contratuais	% Reest. da Dívida dos Est. e Mun.	% Parcel. e Reneg. de Dívidas
PB	25%	4%		24%	2%
PE	76%			21%	0%
PI	77%		1%		3%
PR	12%	9%	1%	48%	6%
RJ	97%				1%
RN	46%			14%	3%
RO	6%			51%	1%
RR	45%		3%	5%	22%
RS	85%				0%
SC	40%	0%	0%	46%	3%
SE		45%	0%	23%	2%
SP	14%			77%	0%
TO		70%	1%		23%

Gráfico 9
Precatórios

Apresenta os valores totais dos precatórios, informados no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida até o 2º quadrimestre de 2022, sobre a RCL. Representa o total das linhas referentes aos precatórios anteriores a 05/05/2000, aos precatórios posteriores a 05/05/2000, não incluídos na Dívida Consolidada e aos precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive), vencidos e não pagos, incluídos na Dívida Consolidada.

Dados em: %
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

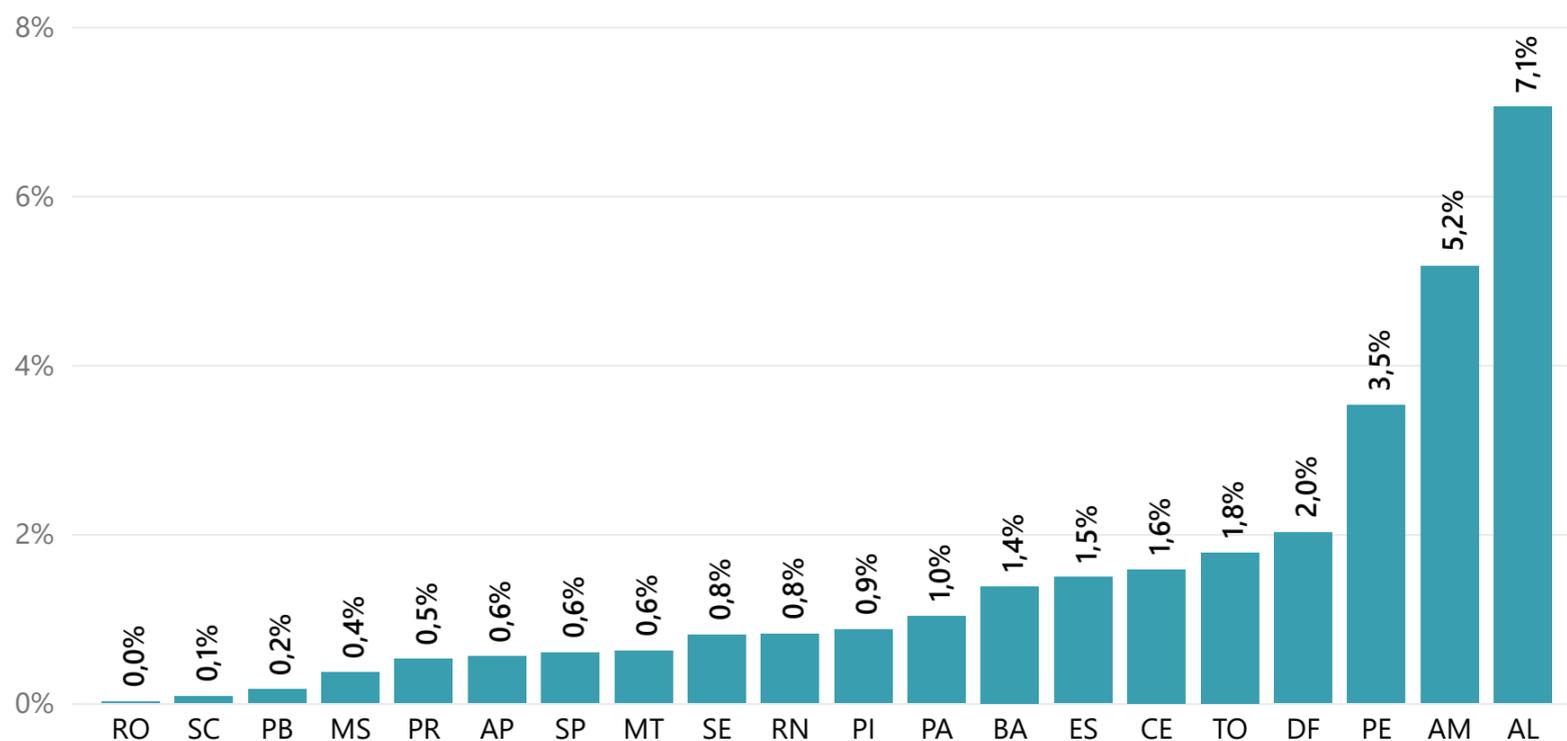
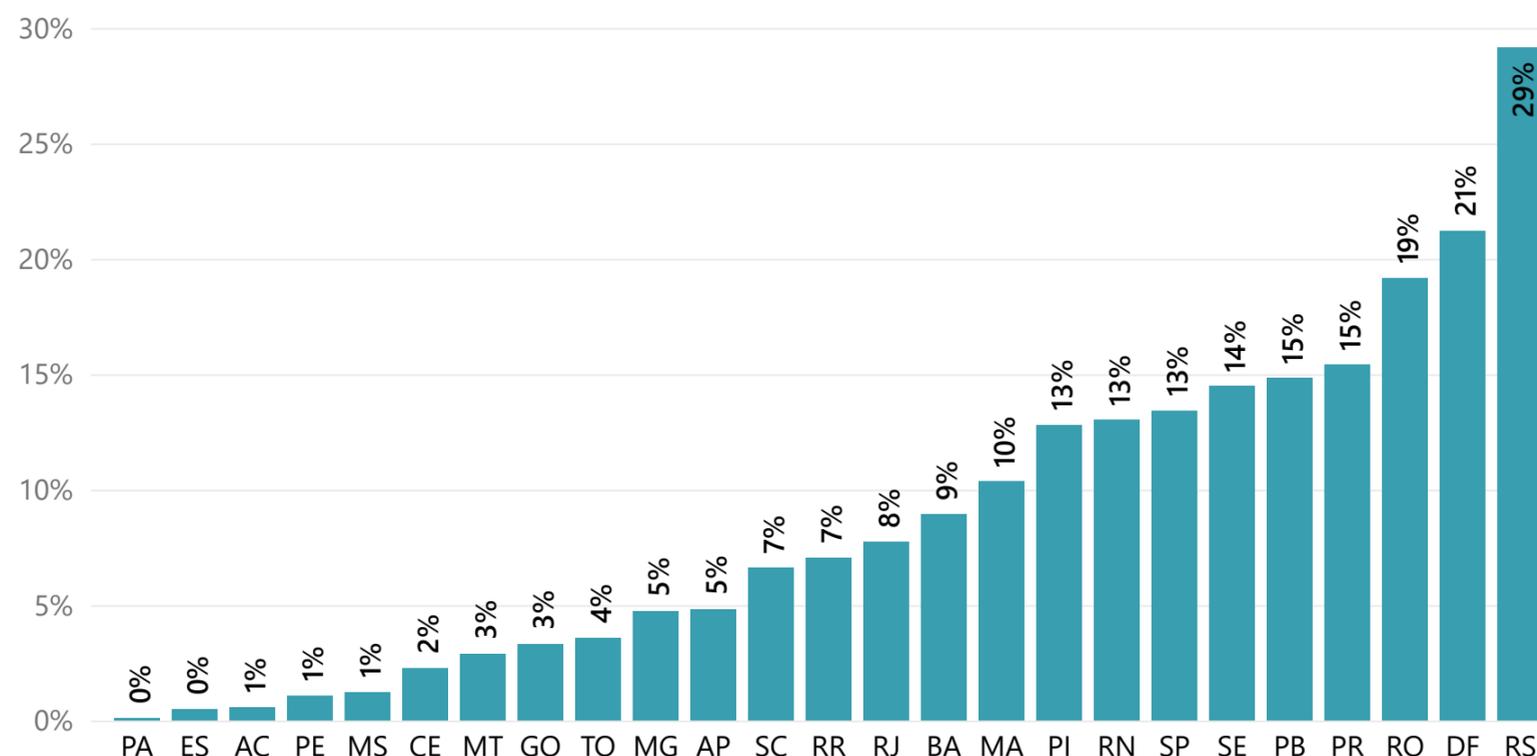


Gráfico 10
Operações de Crédito

Apresenta os valores percentuais das operações de crédito sobre a RCL até o 2º quadrimestre de 2022. Estas operações de crédito se referem ao fluxo de ingresso do recurso ocorrido no período, e não necessariamente a assinatura do contrato.

Dados em: %
Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional